

Base aliada resiste ao corte

JANES ROCHA

BRASÍLIA - Os parlamentares da base aliada continuam resistindo ao corte de R\$ 1,2 bilhão proposto pelo Executivo no Orçamento Geral da União para 2000 e já cresce a tendência de pedir uma revisão nas metas com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O corte faz parte do pacote anunciado na semana passada pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, para compor metade da arrecadação de R\$ 2,4 bilhões perdida com a decisão do Supremo Tribunal Federal de impedir a cobrança de contribuição previdenciária dos servidores inativos e o aumento da taxa dos ativos.

A outra metade será coberta com o aumento da arrecadação

das contribuições para o financiamento da seguridade social e sobre o lucro líquido, Cofins e CSLL, ambas recaindo sobre as pessoas jurídicas.

O governo decidiu dizer quanto deve ser cortado mas jogou para o Congresso a tarefa de estabelecer que projetos ou atividades devem ser retirados da proposta orçamentária, em tramitação desde o dia 31 de agosto.

"Esse tipo de hipocrisia eu não aceito", rechaçou o líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Geddel Vieira Lima (BA). "Se o governo quer cortar, basta não executar o Orçamento proposto", disse o líder, rejeitando o encargo. "Temos que rever as metas", insiste o líder do PFL, deputado Pauderney Avelino (AM). Ele se refere à meta de superávit primário (receitas me-

nos despesas antes do pagamento de juros das dívidas) de 2,65% do Produto Interno Bruto (PIB), acertada com o FMI para o ano que vem. Desde que o diretor-gerente, Michel Camdessus, fez uma autocrítica à atuação do fundo nos países em desenvolvimento, há duas semanas, o PFL vem defendendo uma revisão do acordo.

Como a meta está prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento tem que fechar com esse superávit, que equivale a R\$ 28,5 bilhões. "Em vez de 2,65%, poderíamos negociar um percentual menor para compensar a perda de arrecadação com os servidores e evitar corte dos investimentos", sugeriu Avelino.

De acordo com o líder do PFL, há uma forte tendência no partido a apoiar uma renegociação das

metas com o fundo, proposta que certamente, na opinião dele, teria apoio também da oposição.

Avelino disse também que o governo tem que dar pelo menos uma resposta ao alerta feito pelo presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen, de, ao invés de cortar investimentos, apropriar às receitas disponíveis da União os recursos previstos no Orçamento para o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) e para o Fundo das Forças Armadas.

Segundo o senador, há R\$ 1,95 bilhão nessas duas fontes, sendo R\$ 700 milhões para o IRB - instituição cuja privatização já está autorizada e em andamento - e R\$ 1,25 bilhão para a Marinha e a Aeronáutica adquirirem armamentos no exterior. Até agora o governo não se manifestou.